



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
SUBSECRETARIA DO TESOURO MUNICIPAL
DEPARTAMENTO DE CONTADORIA**

BALANÇO GERAL DE 2007

“A Administração Pública tem o dever de prestar contas de sua gestão à Sociedade”

Apresentamos à Sociedade o BALANÇO GERAL DO EXERCÍCIO DE 2007 em linguagem simples e objetiva, visando à transparência dos atos e fatos praticados pela Administração Direta e Indireta através da divulgação das demonstrações contábeis, orçamentárias, financeiras e patrimoniais, que compõem a prestação de contas e obedece às condições, metodologias e regras consubstanciadas nos Princípios Fundamentais de Contabilidade Pública.

Este balanço evidencia o cumprimento das metas de resultados entre receitas e despesas, com observância ao que determina a legislação pertinente, em especial a Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro aplicáveis a todas as esferas da Administração Pública, a Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, e ainda a Lei Municipal nº. 14.190, de 18 de julho de 2006 que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2007.

RELATÓRIO TÉCNICO DO BALANÇO GERAL DE 2007

Este relatório tem como objetivo oferecer subsídios essenciais à análise e verificação do perfil financeiro e patrimonial desta gestão da Prefeitura, bem como de suas fontes de recursos, da destinação de suas despesas, dos investimentos e de seus resultados.

Assim, apresentamos os demonstrativos contábeis da Lei nº. 4.320/64 e os demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelecidos através das Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional nº. 632 e 633, de 30 de agosto de 2006, conforme seguem:

- 1 - Balanço Orçamentário
- 2 - Balanço Financeiro
- 3 - Balanço Econômico
- 4 - Balanço Patrimonial
- 5 - Superávit Financeiro
- 6 - Resultado Primário
- 7 - Resultado Nominal
- 8 - Receita Corrente Líquida
- 9 - Despesa com Pessoal

Os referidos demonstrativos foram elaborados de maneira consolidada refletindo a unificação orçamentária disposta no Orçamento Programa para o exercício financeiro de 2007.

PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

1. A execução do orçamento do exercício de 2007 foi realizada em consonância com os dispositivos legais a seguir relacionados e suas alterações:
 - Lei Federal nº. 4.320/64 que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro.
 - Lei Orgânica do Município de São Paulo que dispõe sobre a Constituição Municipal.
 - Lei Municipal nº. 14.190/06 que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração do orçamento do exercício de 2007.
 - Lei Municipal nº. 14.258/06 que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2007.
 - Decreto Municipal nº. 48.085/07 que fixa normas para a execução orçamentária e financeira do exercício de 2007.
 - Portaria MPS nº. 95/97 e Portaria MPS nº. 916/03 que dispõem sobre o Regime Próprio da Previdência.
2. As receitas foram registradas obedecendo ao preceito do Regime de Caixa, ou seja, reconhecidas no momento de sua efetiva entrada no Erário Municipal.
3. As despesas foram registradas obedecendo ao preceito do Regime de Competência, ou seja, apropriadas ao período da ocorrência dos fatos.
4. Os bens patrimoniais imóveis foram reavaliados com base no índice do IPC - FIPE, o qual apurou o percentual inflacionário de 4,37% a.a., conforme Resumo do Relatório dos Bens Patrimoniais Imóveis, elaborado pelo Departamento Patrimonial da Secretaria dos Negócios Jurídicos.
5. Os bens de almoxarifado foram avaliados pelo preço médio ponderado do estoque.
6. Os bens patrimoniais móveis são incorporados ao patrimônio pelo custo de aquisição, sem atualização monetária, exceto pelo Instituto de Previdência do Município de São Paulo.
7. A dívida fundada foi atualizada monetariamente na seguinte conformidade:
 - dívida contratada interna, com base nos índices econômicos: UPR, TR, IGPM, TJLP e dólar americano (Lei nº. 11.324/92).
 - dívida contratada externa, pela variação cambial do dólar americano.
 - os débitos decorrentes com precatórios foram atualizados com base no índice INPC/IBGE.

1- BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário, de que trata o artigo 102 da Lei Federal n.º 4.320/64, tem por finalidade demonstrar a receita prevista e a despesa autorizada em confronto com as realizadas, verificando a eficiência com que as ações foram tomadas.

O Orçamento-Programa Consolidado da Administração do Município de São Paulo, instituído através da Lei Municipal n.º. 14.258, de 29 de dezembro de 2006, estimou a receita e fixou a despesa no montante de R\$ 21.512.767.223,00 sendo R\$ 19.947.300.300,00 para a Administração Direta e R\$ 1.565.466.923,00 para a Administração Indireta.

1.1 – RECEITA

1.1.1 - Das ações para ampliar a Receita

- Instituição de mecanismos para inibir a evasão de recursos do Imposto Sobre Serviços - ISS.
- Ampliação na utilização da Nota Fiscal Eletrônica.
- Manutenção do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI.
- Cobrança administrativa de débitos tributários no âmbito da Secretaria de Finanças.
- Implementação de medidas para evitar a sonegação do Imposto sobre Transmissão “Inter-Vivos” de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis – ITBI.
- Intensificação das ações de cobrança da Dívida Ativa.
- Ampliação da emissão de Documento de Arrecadação do Município de São Paulo – DAMSP na Internet.
- Programa de Parcelamento Administrativo de Multas de Trânsito.

1.1.2 - Do comportamento da Receita

1.1.2.1.A - Receitas por categoria econômica e fonte – Consolidado

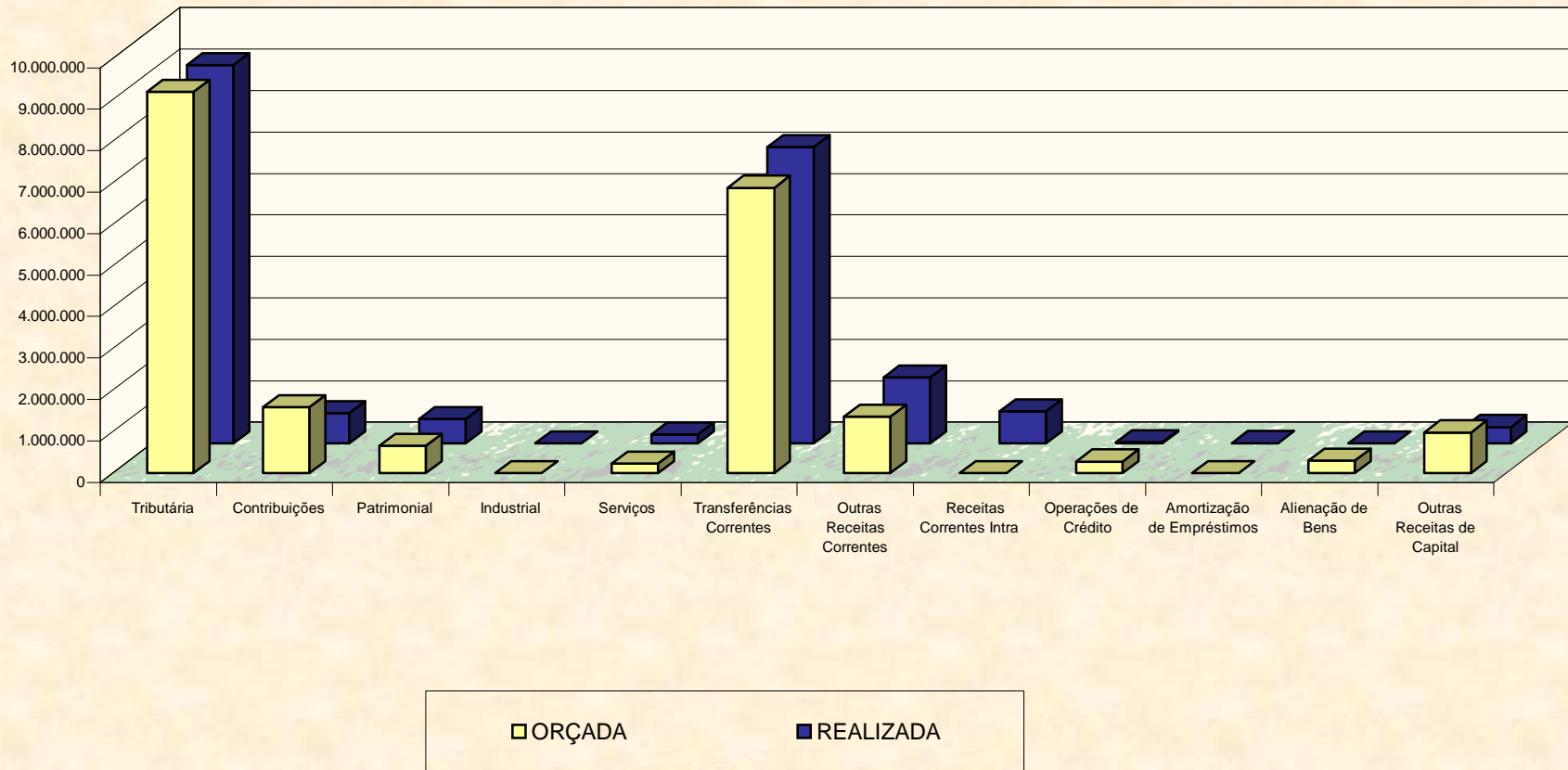
A realização da receita orçamentária atingiu no exercício o montante de R\$ 20.564.614.641,59 conforme quadro abaixo:

RECEITAS *	ORÇADA (I)	REALIZADA (II)	DIFERENÇA III = (II - I)	% (II / I)	% REALIZADA S/ TOTAL
CORRENTES	19.936.868.823,00	20.147.631.406,56	210.762.583,56	101,06%	97,97%
Tributária	9.203.175.600,00	9.124.789.082,90	(78.386.517,10)	99,15%	44,37%
Contribuições	1.589.364.223,00	731.466.874,57	(857.897.348,43)	46,02%	3,56%
Patrimonial	658.747.700,00	585.089.793,90	(73.657.906,10)	88,82%	2,85%
Industrial	520.700,00	-	(520.700,00)	00,00%	0,01%
Serviços	231.728.200,00	206.070.886,58	(25.657.313,42)	88,93%	1,00%
Transferências Correntes	6.889.550.200,00	7.140.564.401,62	251.014.201,62	103,64%	34,72%
Outras Receitas Correntes	1.363.782.200,00	1.586.526.917,52	222.744.717,52	116,33%	7,71%
Receitas Correntes Intra	-	773.123.449,47	773.123.449,47	-	-
CAPITAL	1.575.898.400,00	416.983.235,03	(1.158.915.164,97)	26,46%	2,03%
Operações de Crédito	284.426.700,00	23.528.510,29	(260.898.189,71)	8,27%	0,11%
Amortização de Empréstimos	4.141.200,00	4.391.698,24	250.498,24	106,05%	0,02%
Alienação de Bens	300.942.200,00	971.910,90	(299.970.289,10)	0,32%	0,01%
Outras Receitas de Capital	986.388.300,00	388.091.115,60	(598.297.184,40)	39,34%	1,89%
TOTAL	21.512.767.223,00	20.564.614.641,59	(948.152.581,41)	95,59%	100,00%

Fonte: Sistema de Execução Orçamentária

* Receita líquida (deduzida as contas redutoras - Grupo 9000).

RECEITAS POR CATEGORIA ECONÔMICA E FONTE - CONSOLIDADO



1.1.2.1.B - Receitas por categoria econômica e fonte – Administração Direta

A realização da receita orçamentária atingiu no exercício o montante de R\$ 19.094.739.305,24, conforme quadros abaixo:

RECEITAS *	ORÇADA (I)	REALIZADA (II)	DIFERENÇA III = (II - I)	% (II / I)	% REALIZADA S/ TOTAL
CORRENTES	18.378.526.300,00	18.683.381.249,24	304.854.949,24	101,66%	97,85%
Tributária	9.202.355.600,00	9.123.861.739,12	(78.493.860,88)	99,15%	47,78%
Contribuições	169.796.800,00	172.370.497,04	2.573.697,04	101,52%	0,90%
Patrimonial	623.550.800,00	573.274.192,04	(50.276.607,96)	91,94%	3,00%
Industrial	520.700,00	-	(520.700,00)	00,00%	0,01%
Serviços	131.447.300,00	115.437.926,13	(16.009.373,87)	87,82%	0,60%
Transferências Correntes	6.889.299.200,00	7.140.564.401,62	251.265.201,62	103,65%	37,40%
Outras Receitas Correntes	1.361.555.900,00	1.557.872.493,29	196.316.593,29	114,42%	8,16%
CAPITAL	1.568.774.000,00	411.358.056,00	(1.157.415.944,00)	26,22%	2,15%
Operações de Crédito	284.426.700,00	23.528.510,29	(260.898.189,71)	8,27%	0,12%
Amortização de Empréstimos	4.141.200,00	4.391.698,24	250.498,24	106,05%	0,02%
Alienação de Bens	300.742.200,00	943.710,90	(299.798.489,10)	0,31%	0,01%
Outras Receitas de Capital	979.463.900,00	382.494.136,57	(596.969.763,43)	39,05%	2,00%
TOTAL	19.947.300.300,00	19.094.739.305,24	(852.560.994,76)	95,73%	100,00%

Fonte: Sistema de Execução Orçamentária

*Receita líquida (deduzida as contas redutoras - Grupo 9000).

Evidencia-se as seguintes receitas que não atingiram os valores orçados:

- no Grupo das Receitas Correntes: Tributária; Patrimonial; Serviços e Industrial.
- no Grupo das Receitas de Capital: Outras Receitas de Capital; Alienação de Bens e Operações de Crédito.

1.1.2.2 - Principais receitas – Administração Direta

RECEITAS *	ORÇADA (I)	REALIZADA (II)	DIFERENÇA III = (II - I)	% (II / I)	% REALIZADA S/ TOTAL
CORRENTES	18.378.526.300,00	18.683.381.249,24	304.854.949,24	101,66%	97,85%
ISS	5.079.097.800,00	4.777.610.196,82	(301.487.603,18)	94,06%	25,02%
Cota-parte do ICMS	2.928.843.600,00	3.157.013.983,57	228.170.383,57	107,79%	16,53%
IPTU	2.925.146.100,00	2.862.007.304,53	(63.138.795,47)	97,84%	14,99%
Outras transferências correntes	2.726.211.700,00	2.732.365.459,09	6.153.759,09	100,23%	14,31%
Outras receitas correntes	2.287.407.600,00	2.419.049.760,76	131.642.160,76	105,76%	12,67%
Cota-parte do IPVA	1.234.243.900,00	1.251.184.958,96	16.941.058,96	101,37%	6,55%
IRRF	565.764.200,00	707.503.645,13	141.739.445,13	125,05%	3,71%
ITBI	406.994.800,00	580.062.710,39	173.067.910,39	142,52%	3,04%
Taxas	224.816.600,00	196.583.229,99	(28.233.370,01)	87,44%	1,03%
CAPITAL	1.568.774.000,00	411.358.056,00	(1.157.415.944,00)	26,22%	2,15%
Receitas de Capital	1.568.774.000,00	411.358.056,00	(1.157.415.944,00)	26,22%	2,15%
TOTAL	19.947.300.300,00	19.094.739.305,24	(852.560.994,76)	95,73%	100,00%

Fonte: Sistema de Execução Orçamentária

* Receita líquida (deduzida as contas redutoras - Grupo 9000).

1.1.2.3 – Comparativo das Receitas Realizadas entre 2006 e 2007 na Administração Direta

RECEITAS*	REALIZADA 2006	REALIZADA 2007	VARIÇÃO NOMINAL		% VARIÇÃO REAL **
			R\$	%	
CORRENTES	16.793.066.241,99	18.683.381.249,24	1.890.315.007,25	11,26	6,60
ISS	4.082.429.259,39	4.777.610.196,82	695.180.937,43	17,03	12,13
Cota-parte do ICMS	2.888.578.608,67	3.157.013.983,57	268.435.374,90	9,29	4,72
IPTU	2.645.953.739,27	2.862.007.304,53	216.053.565,26	8,17	3,64
Outras transferências correntes	2.452.574.971,60	2.732.365.459,09	279.790.487,49	11,41	6,74
Outras receitas correntes	2.364.030.860,29	2.419.049.760,76	55.018.900,47	2,33	(1,96)
Cota-parte do IPVA	1.124.415.051,92	1.251.184.958,96	126.769.907,04	11,27	6,62
IRRF	610.270.501,98	707.503.645,13	97.233.143,15	15,93	11,08
ITBI	425.655.522,62	580.062.710,39	154.407.187,77	36,28	30,57
Taxas	199.157.726,25	196.583.229,99	(2.574.496,26)	(1,29)	(5,43)
CAPITAL	353.795.080,63	411.358.056,00	57.562.975,37	16,27	11,40
Outras Receitas de Capital	324.981.416,30	382.494.136,57	57.512.720,27	17,70	12,77
Operações de Crédito	23.616.854,62	23.528.510,29	(88.344,33)	(0,37)	(4,55)
Amortização de Empréstimos	4.121.019,72	4.391.698,24	270.678,52	6,57	2,11
Alienação de Bens	1.075.789,99	943.710,90	(132.079,09)	(12,28)	(15,95)
TOTAL	17.146.861.322,62	19.094.739.305,24	1.947.877.982,62	11,36	6,70

Fonte: Sistema de Execução Orçamentária

*Receita líquida (deduzida as contas redutoras - Grupo 9000).

** Variação real da receita obtida considerando-se a inflação de 2006 para 2007 - IPCA de 4,37 %.

➤ Comparando-se as receitas realizadas entre os dois exercícios, observa-se um crescimento nominal de 11,36% e real de 6,70%, com destaque para a evolução da arrecadação do ITBI, ISS, IRRF, IPVA, IPTU e Outras Receitas de Capital.

1.2 – DESPESA

1.2.1 - Das ações para redução das despesas

- Implementação de uma gestão de controle e acompanhamento da despesa que resultou no congelamento de:
 - R\$ 1,3 bilhões, equivalente a 6,93% do total orçado da Administração Direta;
 - R\$ 48,5 milhões equivalente a 1,67% do total orçado da Administração Indireta; e
 - R\$ 1,4 bilhões equivalente a 6,24% do Orçamento Total para o exercício.
- Fixação, para cada Secretaria, de cota de gasto mensal, compatível com a disponibilidade financeira da Prefeitura.
- Disseminação da modalidade de licitação “Pregão” para aquisição de bens e serviços.

1.2.2 – Dos Créditos Adicionais

Em virtude do “Superávit Financeiro” apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, foram abertos créditos adicionais que atualizaram a despesa de R\$ 21.512.767.223,00 para R\$ 22.330.487.883,84, sendo que deste montante refere-se a Administração Direta o valor de R\$ 19.423.574.571,91 e a Administração Indireta o valor de R\$ 2.906.913.311,93.

1.2.3 - Da execução orçamentária

A execução orçamentária da despesa foi de:

- **R\$ 17.409.789.629,51** na Administração Direta;
- **R\$ 2.824.444.499,22** na Administração Indireta;
- **R\$ 20.234.234.128,73 no Consolidado.**

1.2.3.1 - Despesa orçamentária por principais elementos – Administração Direta

ELEMENTOS	AUTORIZADA (I)	REALIZADA (II)	DIFERENÇA III = (II - I)	% REALIZADA S / AUTORIZADA	% TOTAL Acumulado
Pessoal e Encargos Sociais	5.515.271.428,43	5.342.433.953,98	172.837.474,45	27,50%	27,50%
Serviços de Terceiros	5.931.139.183,82	5.397.380.452,20	533.758.731,62	27,79%	55,29%
Juros e Encargos da Dívida	1.865.947.777,06	1.865.772.276,41	175.500,65	9,61%	64,90%
Obras e Instalações	2.151.145.050,42	1.539.498.445,84	611.646.604,58	7,93%	72,82%
Material de Consumo	559.571.370,92	455.795.553,05	103.775.817,87	2,35%	75,17%
Amortização da Dívida	292.109.152,35	290.775.168,94	1.333.983,41	1,50%	76,67%
Material de Distribuição Gratuita	241.772.359,76	236.147.325,01	5.625.034,75	1,22%	77,88%
Auxílio Alimentação	308.238.099,62	304.802.603,43	3.435.496,19	1,57%	79,45%
Outros Investimentos	623.311.577,48	330.347.750,30	292.963.827,18	1,70%	81,15%
Inversões Financeiras	349.412.424,58	314.822.215,58	34.590.209,00	1,62%	82,77%
Equipamentos e Mat.Permanente	204.817.834,91	121.099.454,59	83.718.380,32	0,62%	83,40%
Auxílio Transporte	57.375.066,66	53.661.024,40	3.714.042,26	0,28%	83,67%
Outras despesas	1.323.463.245,90	1.157.253.405,78	166.209.840,12	5,96%	89,63%
TOTAL	19.423.574.571,91	17.409.789.629,51	2.013.784.942,40	89,63%	89,63%

Fonte: Sistema de Execução Orçamentária

O resultado demonstra que a Administração Direta, compreendendo o Poder Legislativo e Executivo, utilizou 89,63% dos recursos orçamentários que foram atribuídos para o atendimento de seus programas de trabalho.

1.2.3.2.A - Despesa orçamentária por funções de governo - Consolidado

FUNÇÕES	AUTORIZADA (I)	REALIZADA (II)	DIFERENÇA III = (II - I)	REALIZADA	S / TOTAL
				%	Acumulado
Educação	4.695.537.425,96	4.517.692.520,32	177.844.905,64	22,33%	22,33%
Encargos Especiais	3.034.922.444,78	2.597.684.784,43	437.237.660,35	12,84%	35,17%
Saúde	3.611.487.296,48	3.332.268.011,10	279.219.285,38	16,47%	51,63%
Urbanismo	3.030.689.834,69	2.562.114.125,59	468.575.709,10	12,66%	64,30%
Transporte	1.510.987.492,25	1.380.692.731,60	130.294.760,65	06,82%	71,12%
Previdência Social	3.245.716.183,06	3.197.014.588,05	48.701.595,01	15,80%	86,92%
Administração	522.930.676,77	462.139.066,93	60.791.609,84	02,28%	89,20%
Assistência Social	392.138.870,81	288.512.082,68	103.626.788,13	01,43%	90,63%
Legislativa	382.743.198,00	321.701.094,23	61.042.103,77	01,59%	92,22%
Cultura	295.886.248,71	207.667.760,33	88.218.488,38	01,03%	93,25%
Habitação	275.253.041,52	244.403.720,65	30.849.320,87	01,21%	94,45%
Saneamento	227.317.492,40	172.062.679,00	55.254.813,40	00,85%	95,30%
Segurança Pública	215.725.100,15	185.153.828,57	30.571.271,58	00,92%	96,22%
Gestão Ambiental	214.230.279,24	146.710.080,26	67.520.198,98	00,73%	96,94%
Desporto e Lazer	153.257.237,16	139.926.555,50	13.330.681,66	00,69%	97,64%
Judiciária	123.977.390,70	119.882.124,75	4.095.265,95	00,59%	98,23%
Energia	112.205.679,00	109.219.586,88	2.986.092,12	00,54%	98,77%
Comércio e Serviços	78.885.950,84	78.336.700,84	549.250,00	00,39%	99,15%
Comunicações	77.010.752,13	75.896.391,68	1.114.360,45	00,38%	99,53%
Trabalho	65.429.170,83	53.901.936,12	11.527.234,71	00,27%	99,80%
Direitos da Cidadania	36.165.873,75	23.062.231,73	13.103.642,02	00,11%	99,91%
Agricultura	12.818.867,72	10.981.407,65	1.837.460,07	00,05%	99,96%
Relações Exteriores	8.391.287,27	2.733.067,02	5.658.220,25	00,01%	99,98%
Defesa Nacional	4.836.265,62	4.477.052,82	359.212,80	00,02%	100,00%
Reserva de Contingência	1.943.824,00	-	1.943.824,00	00,00%	100,00%
TOTAL	22.330.487.883,84	20.234.234.128,73	2.096.253.755,11	100,00%	100,00%

Fonte: Sistema de Execução Orçamentária

1.2.3.2.B - Despesa orçamentária por funções de governo – Administração Direta

FUNÇÕES	AUTORIZADA (I)	REALIZADA (II)	DIFERENÇA III = (II - I)	REALIZADA	S / TOTAL
				%	Acumulado
Educação	4.684.214.090,96	4.517.216.858,50	166.997.232,46	25,95%	25,95%
Encargos Especiais	3.034.922.444,78	2.597.684.784,43	437.237.660,35	14,92%	40,87%
Saúde	2.962.839.759,55	2.695.668.060,64	267.171.698,91	15,48%	56,35%
Urbanismo	2.926.779.834,69	2.475.752.116,48	451.027.718,21	14,22%	70,57%
Transporte	1.510.987.492,25	1.380.692.731,60	130.294.760,65	07,93%	78,50%
Previdência Social	1.102.683.743,06	1.096.007.710,22	6.676.032,84	06,30%	84,80%
Administração	522.930.676,77	462.139.066,93	60.791.609,84	02,65%	87,45%
Assistência Social	392.138.870,81	288.512.082,68	103.626.788,13	01,66%	89,11%
Legislativa	382.743.198,00	321.701.094,23	61.042.103,77	01,85%	90,96%
Cultura	295.886.248,71	207.667.760,33	88.218.488,38	01,19%	92,15%
Habitação	275.253.041,52	244.403.720,65	30.849.320,87	01,40%	93,55%
Saneamento	227.317.492,40	172.062.679,00	55.254.813,40	00,99%	94,54%
Segurança Pública	215.725.100,15	185.153.828,57	30.571.271,58	01,06%	95,61%
Gestão Ambiental	214.230.279,24	146.710.080,26	67.520.198,98	00,84%	96,45%
Desporto e Lazer	153.257.237,16	139.926.555,50	13.330.681,66	00,80%	97,25%
Judiciária	123.977.390,70	119.882.124,75	4.095.265,95	00,69%	97,94%
Energia	112.205.679,00	109.219.586,88	2.986.092,12	00,63%	98,57%
Comércio e Serviços	78.885.950,84	78.336.700,84	549.250,00	00,45%	99,02%
Comunicações	77.010.752,13	75.896.391,68	1.114.360,45	00,44%	99,45%
Trabalho	65.429.170,83	53.901.936,12	11.527.234,71	00,31%	99,76%
Direitos da Cidadania	36.165.873,75	23.062.231,73	13.103.642,02	00,13%	99,90%
Agricultura	12.818.867,72	10.981.407,65	1.837.460,07	00,06%	99,96%
Relações Exteriores	8.391.287,27	2.733.067,02	5.658.220,25	00,02%	99,97%
Defesa Nacional	4.836.265,62	4.477.052,82	359.212,80	00,03%	100,00%
Reserva de Contingência	1.943.824,00	-	1.943.824,00	00,00%	100,00%
TOTAL	19.423.574.571,91	17.409.789.629,51	2.013.784.942,40	100,00%	100,00%

Fonte: Sistema de Execução orçamentária

1.2.3.3 - Despesa Orçamentária por Órgãos

ÓRGÃO	AUTORIZADA (I)	REALIZADA (II)	DIFERENÇA III = (II - I)	REALIZADA % S/TOTAL
Câmara Municipal	278.232.198,00	225.716.000,00	52.516.198,00	1,30%
Tribunal de Contas	104.511.000,00	95.985.094,23	8.525.905,77	0,55%
Secretaria do Governo Municipal	410.321.900,53	381.371.778,23	28.950.122,30	2,19%
Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras	305.816.015,29	257.035.713,09	48.780.302,20	1,48%
Secretaria Municipal de Planejamento	31.699.342,93	25.634.333,88	6.065.009,05	0,15%
Secretaria Municipal de Habitação	607.874.126,89	495.919.269,29	111.954.857,60	2,85%
Secretaria Municipal de Gestão	580.649.609,69	553.804.950,85	26.844.658,84	3,18%
Secretaria Municipal de Educação	3.963.972.565,71	3.898.458.204,58	65.514.361,13	22,39%
Secretaria Municipal de Finanças	269.609.444,36	233.185.252,87	36.424.191,49	1,34%
Secretaria Municipal da Saúde/Fundo Municipal de Saúde	2.947.339.759,55	2.684.633.242,86	262.706.516,69	15,42%
Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	94.430.473,46	84.212.523,95	10.217.949,51	0,48%
Secretaria Municipal de Transportes	1.504.717.361,98	1.378.032.310,78	126.685.051,20	7,92%
Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos	129.820.123,68	125.519.445,76	4.300.677,92	0,72%
Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana e Obras	449.808.232,38	379.400.541,06	70.407.691,32	2,18%
Secretaria Municipal de Serviços	861.065.695,37	803.550.335,41	57.515.359,96	4,62%
Secretaria Municipal de Assistência e Des. Social	301.784.516,68	196.276.931,72	105.507.584,96	1,13%
Secretaria Municipal de Cultura	246.293.146,47	182.898.481,55	63.394.664,92	1,05%
Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	136.570.066,99	123.696.256,36	12.873.810,63	0,71%
Encargos Gerais do Município	4.277.990.030,50	3.801.496.744,99	476.493.285,51	21,84%
Secretaria Municipal do Trabalho	59.729.470,14	41.422.734,43	18.306.735,71	0,24%
Secretaria Municipal de Relações Internacionais	8.391.287,27	2.733.067,02	5.658.220,25	0,02%
Ouvidoria Geral do Município de São Paulo	3.146.500,77	2.184.938,17	961.562,60	0,01%

fls. 1/4

ÓRGÃO	AUTORIZADA (I)	REALIZADA (II)	DIFERENÇA III = (II - I)	REALIZADA % S/TOTAL
Secretaria Especial para Participação e Parceria	51.061.531,85	41.190.282,09	9.871.249,76	0,24%
Secretaria Esp. da Pessoa com Defic e Mobi.Reduzida	8.084.689,20	5.693.173,78	2.391.515,42	0,03%
Subprefeitura Perus	20.222.628,81	18.335.498,49	1.887.130,32	0,11%
Subprefeitura Pirituba	28.044.507,81	26.354.811,85	1.689.695,96	0,15%
Subprefeitura Freguesia/Brasilândia	28.876.768,89	25.321.706,88	3.555.062,01	0,15%
Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha	23.099.555,35	21.639.727,37	1.459.827,98	0,12%
Subprefeitura Santana/Tucuruvi	29.045.500,98	26.811.461,71	2.234.039,27	0,15%
Subprefeitura Jaçanã/Tremembé	23.749.962,78	20.937.333,64	2.812.629,14	0,12%
Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme	36.448.330,89	33.464.083,01	2.984.247,88	0,19%
Subprefeitura Lapa	25.820.952,12	22.163.998,72	3.656.953,40	0,13%
Subprefeitura Sé	141.020.828,51	54.809.586,60	86.211.241,91	0,31%
Subprefeitura Butantã	31.469.760,88	30.388.813,60	1.080.947,28	0,17%
Subprefeitura Pinheiros	32.995.288,00	32.382.334,30	612.953,70	0,19%
Subprefeitura Vila Mariana	26.595.892,87	25.679.969,48	915.923,39	0,15%
Subprefeitura Ipiranga	29.183.552,78	26.797.690,46	2.385.862,32	0,15%
Subprefeitura Santo Amaro	30.853.704,07	30.193.358,52	660.345,55	0,17%
Subprefeitura Jabaquara	21.388.219,55	19.733.274,14	1.654.945,41	0,11%
Subprefeitura Cidade Ademar	22.285.600,06	21.678.242,32	607.357,74	0,12%
Subprefeitura Campo Limpo	33.695.463,73	32.297.700,10	1.397.763,63	0,19%
Subprefeitura M´Boi Mirim	26.962.460,57	24.243.640,36	2.718.820,21	0,14%
Subprefeitura Capela do Socorro	31.468.793,26	30.711.396,53	757.396,73	0,18%
Subprefeitura Parelheiros	19.828.570,06	18.184.027,19	1.644.542,87	0,10%
Subprefeitura Penha	33.061.329,15	30.213.424,68	2.847.904,47	0,17%

fls. 2/4

ÓRGÃO	AUTORIZADA (I)	REALIZADA (II)	DIFERENÇA III = (II - I)	REALIZADA % S/TOTAL
Subprefeitura Ermelino Matarazzo	21.096.966,68	19.701.627,90	1.395.338,78	0,11%
Subprefeitura São Miguel	28.401.923,80	27.106.311,69	1.295.612,11	0,16%
Subprefeitura Itaim Paulista	26.669.279,37	25.833.825,64	835.453,73	0,15%
Subprefeitura Moóca	31.704.746,83	30.392.197,07	1.312.549,76	0,17%
Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão	25.748.801,54	24.375.547,29	1.373.254,25	0,14%
Subprefeitura Itaquera	33.174.293,21	31.591.128,29	1.583.164,92	0,18%
Subprefeitura Guaianases	26.585.031,22	23.715.836,80	2.869.194,42	0,14%
Subprefeitura Vila Prudente/Sapopemba	31.332.808,62	28.394.706,81	2.938.101,81	0,16%
Subprefeitura São Mateus	33.569.232,40	32.382.701,84	1.186.530,56	0,19%
Subprefeitura Cidade Tiradentes	19.747.828,38	18.418.206,19	1.329.622,19	0,11%
Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00%
Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	95.000,00	0,00	95.000,00	0,00%
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	67.730.000,00	22.325.033,20	45.404.966,80	0,13%
Fundo Municipal de Habitação	50.762.200,00	42.318.500,00	8.443.700,00	0,24%
Fundo Municipal de Assistência Social	254.906.366,05	201.955.158,78	52.951.207,27	1,16%
Fundo Especial do Meio Ambiente e Des. Sustentável	32.720.500,00	271.796,36	32.448.703,64	0,00%
Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais	9.396.200,00	8.843.284,21	552.915,79	0,05%
Fundo Municipal de Turismo	1.425.000,00	1.282.500,00	142.500,00	0,01%
Fundo de Proteção do Patrim.Cultural e Amb. Paulistano	218.500,00	0,00	218.500,00	0,00%
Fundo de Desenvolvimento Urbano	169.496.723,00	74.360.756,87	95.135.966,13	0,43%
Fundo Municipal de Iluminação Pública	229.736.410,00	204.126.823,67	25.609.586,33	1,17%
Sub Total - Administração Direta - (I)	19.423.574.571,91	17.409.789.629,51	2.013.784.942,40	100,00%

fls. 3/4

ÓRGÃO	AUTORIZADA (I)	REALIZADA (II)	DIFERENÇA III = (II - I)	REALIZADA % S/TOTAL
Hospital do Servidor Público Municipal	134.432.000,00	133.279.122,70	1.152.877,30	4,72%
Instituto de Previdência do Município de São Paulo	2.143.032.440,00	2.101.006.877,83	42.025.562,17	74,39%
Serviço Funerário do Município de São Paulo	103.909.000,00	86.362.009,11	17.546.990,89	3,06%
Autarquia Hospitalar Municipal Regional Norte	127.059.163,93	125.717.288,49	1.341.875,44	4,45%
Autarquia Hospitalar Municipal Regional Leste	132.341.243,00	130.476.031,41	1.865.211,59	4,62%
Autarquia Hospitalar Municipal Regional Sudeste	68.734.000,00	68.146.094,50	587.905,50	2,41%
Autarquia Hospitalar Municipal Regional Sul	96.547.880,00	96.537.121,16	10.758,84	3,42%
Autarquia Hospitalar Municipal Regional Centro-Oeste	89.533.250,00	82.444.292,20	7.088.957,80	2,92%
Autoridade Municipal de Limpeza Urbana/FMLU	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00%
Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia *	4.216.035,00	0,00	4.216.035,00	0,00%
Fundação Catavento	7.107.300,00	475.661,82	6.631.638,18	0,02%
Sub Total - Administração Indireta - (II)	2.906.913.311,93	2.824.444.499,22	82.468.812,71	100,00%
Total Consolidado III = (I + II)	22.330.487.883,84	20.234.234.128,73	2.096.253.755,11	100,00%

Fonte: Sistema de Execução Orçamentária

* Na Consolidação não foram agregados os valores da Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia.

1.3 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

	Adm. Direta	Adm. Indireta	Consolidado
RECEITA			
Realizada	19.094.739.305,24	1.469.875.336,35	20.564.614.641,59
(-) Prevista	<u>19.947.300.300,00</u>	<u>1.565.466.923,00</u>	<u>21.512.767.223,00</u>
(=) INSUFICIÊNCIA DE ARRECADAÇÃO	(852.560.994,76)	(95.591.586,65)	(948.152.581,41)
DESPESA			
Executada	17.409.789.629,51	2.824.444.499,22	20.234.234.128,73
(-) Fixada	<u>19.423.574.571,91</u>	<u>2.906.913.311,93</u>	<u>22.330.487.883,84</u>
(=) ECONOMIA ORÇAMENTÁRIA	(2.013.784.942,40)	(82.468.812,71)	(2.096.253.755,11)
ORÇADO			
Receita Prevista	19.947.300.300,00	1.565.466.923,00	21.512.767.223,00
(-) Despesa Fixada	<u>19.423.574.571,91</u>	<u>2.906.913.311,93</u>	<u>22.330.487.883,84</u>
(=) ORÇ.SUPERAVITÁRIO/DEFICITÁRIO	523.725.728,09	(1.341.446.388,93)	(817.720.660,84)
ORÇAMENTO EXECUTADO			
Receita realizada	19.094.739.305,24	1.469.875.336,35	20.564.614.641,59
(-) Despesa executada	<u>17.409.789.629,51</u>	<u>2.824.444.499,22</u>	<u>20.234.234.128,73</u>
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT DE EXECUÇÃO	1.684.949.675,73	(1.354.569.162,87)	330.380.512,86

Observa-se no demonstrativo a seguir o comportamento, nos últimos cinco anos, do resultado orçamentário (em milhões de reais):

Resultado Orçamentário	2003	2004	2005	2006	2007
Administração Direta	(590,6)	(115,8)	1.201,9	677,7	1.685
Administração Indireta	-	-	-	-	(1.355)
Consolidado	-	-	-	-	330

2- BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro, de que trata o artigo 103 da Lei Federal n.º 4.320/64, tem por finalidade demonstrar a receita e despesa orçamentária, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

2.1 - SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO

As disponibilidades existentes no início do exercício financeiro de 2007 perfaziam o montante de:

- R\$ 3.472.330.140,33 na **Administração Direta**;
- R\$ 117.729.099,61 na **Administração Indireta**;
- **R\$ 3.590.059.239,94 no Consolidado.**

	Adm. Direta	Adm. Indireta	Consolidado
Caixa	25.721,61	12.567,35	38.288,96
Bancos	96.534.903,46	68.453.690,64	164.988.594,10
Bancos, Contas Especiais	49.396.208,47	65.048,56	49.461.257,03
Aplicações Financeiras	3.326.373.306,79	15.308.319,54	3.341.681.626,33
Investimentos RPPS		33.889.473,52	33.889.473,52
TOTAL	3.472.330.140,33	117.729.099,61	3.590.059.239,94

2.2- RECEITAS

As receitas orçamentárias alcançaram o montante de:

- R\$ 19.094.739.305,24 na **Administração Direta**;
- R\$ 1.469.875.336,35 na **Administração Indireta**;
- **R\$ 20.564.614.641,59 no Consolidado.**

Receitas	Adm. Direta	Adm. Indireta	Consolidado
Receitas Correntes	18.683.381.249,24	691.126.707,85	19.374.507.957,09
Receitas de Capital	411.358.056,00	5.625.179,03	416.983.235,03
Receita Intra-Orçamentária	-	773.123.449,47	773.123.449,47
TOTAL	19.094.739.305,24	1.469.875.336,35	20.564.614.641,59

Os recebimentos de natureza extra-orçamentária somaram a importância de:

- R\$ 17.820.324.317,52 na **Administração Direta**;
- R\$ 1.775.556.020,49 na **Administração Indireta**;
- **R\$ 19.595.880.338,01 no Consolidado.**

Receita Extra Orçamentária	Adm. Direta	Adm. Indireta	Consolidado
Devedores Diversos, Particulares	10.226.587.386,63	4.645.062,34	10.231.232.448,97
Devedores Diversos, Públicos	7.887.478,96	0,00	7.887.478,96
Créditos de Contribuintes	88.065.122,74	0,00	88.065.122,74
Depósitos Diversos	126.339.602,69	847.954,60	127.187.557,29
Credores Diversos, Particulares	6.683.485.901,42	1.551.656.868,05	8.235.142.769,47
Credores Diversos, Públicos	687.958.825,08	138.941.630,70	826.900.455,78
Cheques não compensa./em trânsito	0,00	2.475.885,31	2.475.885,31
Depósitos a Realizar	0,00	76.988.619,49	76.988.619,49
TOTAL	17.820.324.317,52	1.775.556.020,49	19.595.880.338,01

2.3 – DESPESAS

2.3.1 - A despesa orçamentária do exercício ocorreu da seguinte forma:

Despesa Orçamentária	Adm. Direta	Adm. Indireta	Consolidado
Empenhada	17.409.789.629,51	2.824.444.499,22	20.234.234.128,73
Não Empenhada	2.013.784.942,40	63.009.983,78	2.076.794.926,18
Liquidada	15.628.241.806,84	2.760.860.237,52	18.389.102.044,36
Não Liquidada	1.781.547.822,67	63.584.261,70	1.845.132.084,37
Liquidada e não Paga	557.996.603,89	36.704.070,06	594.700.673,95
Despesa Pagas	15.070.245.202,95	2.724.156.167,46	17.794.401.370,41
Saldo a Pagar	2.339.544.426,56	100.288.331,76	2.439.832.758,32

A despesa efetivamente paga foi de:

- R\$ 15.070.245.202,95 na **Administração Direta** que corresponde a 86,56% da despesa realizada;
- R\$ 2.724.156.167,46 na **Administração Indireta** que corresponde a 96,45% da despesa realizada;
- R\$ 17.794.401.370,41 no **Consolidado** que corresponde a 87,94% da despesa realizada.

Do total das despesas empenhadas, não foi pago o montante de:

- R\$ 2.339.544.426,56 na **Administração Direta**;
- R\$ 100.288.331,76 na **Administração Indireta**;
- **R\$ 2.439.832.758,32 no Consolidado.**

Valores estes inscritos em Restos a Pagar.

2.3.2 - Os pagamentos de natureza extra-orçamentária alcançaram o montante de:

- R\$ 19.816.908.948,45 na **Administração Direta**;
- R\$ 1.863.491.508,08 na **Administração Indireta**;
- **R\$ 21.680.400.456,53 no Consolidado.**

DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	Adm. Direta	Adm. Indireta	Consolidado
Restos a Pagar *	1.535.853.628,99	85.270.513,81	1.621.124.142,80
Serviço da Dívida a Pagar *	350.245.620,40	-	350.245.620,40
Devedores Diversos, Particulares	10.260.412.855,29	5.291.601,72	10.265.704.457,01
Devedores Diversos Públicos	210.347.297,39	-	210.347.297,39
Créditos de Contribuintes	93.058.517,99	-	93.058.517,99
Depósitos Diversos	8.362.390,28	857.585,03	9.219.975,31
Credores Diversos, Particulares	6.678.890.915,32	1.553.857.175,72	8.232.748.091,04
Credores Diversos, Públicos	679.737.722,79	138.070.853,39	817.808.576,18
Cheque não compens./ em trânsito	-	2.476.765,01	2.476.765,01
Depósitos a realizar	-	77.667.013,40	77.667.013,40
TOTAL	19.816.908.948,45	1.863.491.508,08	21.680.400.456,53

* Foram cancelados Empenhos de Restos a Pagar no montante de:

- R\$ 298.218.556,97 na **Administração Direta**;
- R\$ 20.610.482,97 na **Administração Indireta**;
- **R\$ 318.829.039,94 no Consolidado.**

2.3.3 – Inscrição de Restos a Pagar do Exercício

Foram inscritos em Restos a Pagar, relativo ao exercício de 2007, por Órgão os seguintes valores:

ÓRGÃOS	RESTOS A PAGAR	INSCRITOS % S / TOTAL	% ACUMULADO
Secretaria Municipal de Educação	516.798.559,35	22,09%	22,09%
Secretaria Municipal da Saúde/Fundo Municipal de Saúde	301.926.017,84	12,91%	35,00%
Encargos Gerais do Município *	273.267.030,38	11,68%	46,68%
Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana e Obras	153.496.165,62	6,56%	53,24%
Secretaria Municipal de Transportes	151.974.500,02	6,50%	59,74%
Secretaria Municipal de Habitação	121.541.574,04	5,20%	64,94%
Secretaria Municipal de Gestão	119.676.195,41	5,12%	70,06%
Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras	77.142.807,88	3,30%	73,36%
Secretaria Municipal de Serviços	74.255.747,98	3,17%	76,53%
Secretaria do Governo Municipal	54.470.929,29	2,33%	78,86%
Fundo Municipal de Iluminação Pública	46.550.128,05	1,99%	80,85%
Fundo de Desenvolvimento Urbano	45.960.665,18	1,96%	82,81%
Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	41.603.089,94	1,78%	84,59%
Fundo Municipal de Assistência Social	33.734.655,22	1,44%	86,03%
Secretaria Municipal de Finanças	32.891.041,62	1,41%	87,44%
Secretaria Municipal de Cultura	28.780.599,95	1,23%	88,67%
Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	28.164.992,14	1,20%	89,87%
Secretaria Especial para Participação e Parceria	13.878.799,23	0,59%	90,46%
Subprefeitura Sé	12.471.306,98	0,53%	90,99%
Secretaria Municipal do Trabalho	12.330.245,84	0,53%	91,52%
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	10.400.821,34	0,44%	91,96%

* Está incluso nos Encargos Gerais do Município o SERVIÇO DA DÍVIDA no montante de R\$ 200.029.860,93.

ÓRGÃOS	RESTOS A PAGAR	INSCRITOS % S / TOTAL	% ACUMULADO
Subprefeitura Pinheiros	9.087.724,42	0,39%	92,35%
Subprefeitura São Mateus	8.855.494,45	0,38%	92,73%
Subprefeitura Campo Limpo	8.348.737,54	0,36%	93,09%
Subprefeitura Capela do Socorro	7.976.091,14	0,34%	93,43%
Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme	7.931.526,63	0,34%	93,77%
Subprefeitura Vila Prudente/Sapopemba	6.995.708,00	0,30%	94,07%
Subprefeitura M´Boi Mirim	6.839.058,35	0,29%	94,36%
Subprefeitura Butantã	6.716.806,12	0,29%	94,65%
Subprefeitura Penha	6.710.519,57	0,29%	94,94%
Subprefeitura Itaquera	6.708.492,36	0,29%	95,23%
Subprefeitura Parelheiros	6.319.186,82	0,27%	95,50%
Subprefeitura Moóca	6.097.983,82	0,26%	95,76%
Subprefeitura Pirituba	5.793.656,32	0,25%	96,01%
Subprefeitura Itaim Paulista	5.630.156,74	0,24%	96,25%
Subprefeitura São Miguel	5.411.978,18	0,23%	96,48%
Subprefeitura Cidade Ademar	5.268.394,69	0,23%	96,71%
Subprefeitura Vila Mariana	5.204.379,70	0,22%	96,93%
Fundo Municipal de Habitação	5.126.593,87	0,22%	97,15%
Subprefeitura Santana/Tucuruvi	4.931.141,24	0,21%	97,36%
Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos	4.743.189,79	0,20%	97,56%
Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha	4.610.532,05	0,20%	97,76%
Subprefeitura Cidade Tiradentes	4.512.728,58	0,19%	97,95%
Subprefeitura Jabaquara	4.480.394,07	0,19%	98,14%
Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão	4.475.670,61	0,19%	98,33%
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	4.454.007,39	0,19%	98,52%
Subprefeitura Ipiranga	4.436.673,20	0,19%	98,71%

ÓRGÃOS	RESTOS A PAGAR	INSCRITOS % S / TOTAL	% ACUMULADA
Subprefeitura Ermelino Matarazzo	4.377.618,87	0,19%	98,88%
Subprefeitura Guaianases	3.818.001,94	0,16%	99,04%
Subprefeitura Perus	3.715.977,43	0,16%	99,20%
Subprefeitura Lapa	3.605.672,89	0,15%	99,36%
Subprefeitura Santo Amaro	3.367.626,41	0,14%	99,50%
Subprefeitura Jaçanã/Tremembé	3.034.522,62	0,13%	99,63%
Subprefeitura Freguesia/Brasilândia	2.834.706,91	0,12%	99,75%
Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais	2.648.648,74	0,11%	99,86%
Secretaria Especial da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida	1.314.820,05	0,06%	99,92%
Secretaria Municipal de Planejamento	1.307.992,68	0,06%	99,98%
Ouvidoria Geral do Município de São Paulo	236.654,18	0,01%	99,99%
Secretaria Municipal de Relações Internacionais	177.045,50	0,01%	99,99%
Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	85.618,58	0,00%	100,00%
Tribunal de Contas	36.820,81	0,00%	100,00%
Sub Total - Administração Direta (I)	2.339.544.426,56	100,00%	100,00%

ÓRGÃOS	RESTOS A PAGAR	INSCRITOS % S / TOTAL	% ACUMULADA
Hospital do Servidor Público Municipal	15.839.068,58	15,79%	15,79%
Instituto de Previdência do Município de São Paulo	2.490.705,28	2,48%	18,28%
Serviço Funerário do Município de São Paulo	9.542.509,31	9,52%	27,79%
Autarquia Hospitalar Municipal Regional Norte	20.342.527,82	20,28%	48,08%
Autarquia Hospitalar Municipal Regional Leste	19.919.041,55	19,86%	67,94%
Autarquia Hospitalar Municipal Regional Sudeste	10.002.237,91	9,97%	77,91%
Autarquia Hospitalar Municipal Regional Sul	12.025.900,24	11,99%	89,90%
Autarquia Hospitalar Municipal Regional Centro-Oeste	10.018.662,19	9,99%	99,89%
Autoridade Municipal de Limpeza Urbana/FMLU	0,00	0,00%	99,89%
Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia	0,00	0,00%	99,89%
Fundação Catavento	107.678,88	0,11%	100,00%
Sub Total - Administração Indireta (II)	100.288.331,76	100,00%	
Total Consolidado III = (I + II)	2.439.832.758,32		

Fonte: Sistema de Execução Orçamentária

2.3.4 – Total dos Restos a Pagar Consolidado – por Exercício

Foram inscritos em Restos a Pagar Consolidado o montante de R\$ 2.881.186.549,36, estando composto na seguinte disposição:

Exercício	Valor Inscrito em Restos
2003	491.440,87
2004	114.761.266,81
2005	151.903.387,87
2006	174.197.695,49
2007	2.239.802.897,39
Serviço Dívida	200.029.860,93
TOTAL	2.881.186.549,36

2.4 - RESULTADO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA – CONSOLIDADO

Em decorrência da gestão financeira as disponibilidades passaram a ser de R\$ 4.271.860.117,60, verificando-se um acréscimo de R\$ 681.800.877,66 , conforme demonstramos a seguir:

RECEITA ARRECADADA	R\$	R\$
Orçamentária	20.564.614.641,59	
Extra-Orçamentária	<u>22.035.713.096,33</u>	42.600.327.737,92
(-) DESPESAS		
Orçamentária	20.234.234.128,73	
Extra-Orçamentária	<u>21.680.400.456,53</u>	41.914.634.585,26
(-) REPASSE FINANCEIRO		
Recebido	1.376.623.092,93	
Concedido	<u>1.380.515.367,93</u>	<u>3.892.275,00</u>
(=) ACRÉSCIMO FINANCEIRO		681.800.877,66
(+) SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		<u>3.590.059.239,94</u>
Caixa	38.288,96	
Bancos	164.988.594,10	
Bancos, Contas Especiais	49.461.257,03	
Aplicações Financeiras	3.341.681.626,33	
Investimentos RPPS	<u>33.889.473,52</u>	
(=) SALDO NO FINAL DO EXERCÍCIO		4.271.860.117,60

Os valores oriundos dos rendimentos das aplicações financeiras são contabilizados no momento do resgate em observância ao artigo 35 da Lei Federal nº. 4.320/64.

3 - BALANÇO ECONÔMICO

A Demonstração das Variações Patrimoniais, de que trata o artigo 104 da Lei Federal n.º 4.320/64, evidencia as alterações ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

3.1 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

3.1.1 - Variações Ativas

As variações patrimoniais ativas evidenciam aumento na situação patrimonial pela incorporação de elementos no ativo ou pela diminuição de elementos no passivo.

3.1.1.1 - Resultantes da Execução Orçamentária

As variações patrimoniais ativas resultantes da execução orçamentária são representadas pelas receitas orçamentárias arrecadadas, acrescidas das mutações patrimoniais da despesa, que gerou o montante de:

- R\$ 20.119.683.333,17 na **Administração Direta**;
- R\$ 2.951.498.947,71 na **Administração Indireta**;
- **R\$ 23.071.182.280,88 no Consolidado.**

3.1.1.2 - Independentes da execução orçamentária

As variações patrimoniais ativas independentes da execução orçamentária, originadas sempre por fatos de superveniências ativas, e/ou por insubsistências passivas produziram alterações positivas no total de:

- R\$ 7.611.224.313,79 na **Administração Direta**;
- R\$ 49.502.429,89 na **Administração Indireta**;
- **R\$ 7.660.726.743,68 no Consolidado.**

3.1.2 - Variações Passivas

As variações patrimoniais passivas evidenciam diminuição da situação patrimonial pela incorporação de elementos no passivo ou pela diminuição de elementos no ativo.

3.1.2.1 - Resultantes da execução orçamentária

As variações patrimoniais passivas resultantes da execução orçamentária são representadas pelas despesas orçamentárias realizadas, acrescidas das mutações patrimoniais da receita, as quais alcançaram à importância de:

- R\$ 19.052.609.075,54 na **Administração Direta**;
- R\$ 2.880.431.908,01 na **Administração Indireta**;
- **R\$ 21.933.040.983,55 no Consolidado.**

3.1.2.2 - Independentes da execução orçamentária

As variações patrimoniais passivas independentes da execução orçamentária, ocorridas pela verificação de fatos de insubsistências ativas e/ou de superveniências passivas produziram alterações negativas no total de:

- R\$ 8.239.810.037,88 na **Administração Direta**;
- R\$ 98.240.560,74 na **Administração Indireta**;
- **R\$ 8.338.050.598,62 no Consolidado.**

3.1.3 - Resultado Patrimonial

O exercício financeiro de 2007 indicou um Superávit, oriundo do resultado positivo entre as variações patrimoniais, de:

- **Administração Direta** R\$ 438.488.533,54;
- **Administração Indireta** R\$ 22.328.908,85;
- **Consolidado** R\$ **460.817.442,39**.

R\$

VARIAÇÕES	Adm. Direta	Adm. Indireta	Consolidado
(+) VARIAÇÕES ATIVAS	27.730.907.646,96	3.001.001.377,60	30.731.909.024,56
Resultantes da Execução Orçamentária	20.119.683.333,17	2.951.498.947,71	23.071.182.280,88
Independentes da Execução Orçamentária	7.611.224.313,79	49.502.429,89	7.660.726.743,68
(-) VARIAÇÕES PASSIVAS	27.292.419.113,42	2.978.672.468,75	30.271.091.582,17
Resultantes da Execução Orçamentária	19.052.609.075,54	2.880.431.908,01	21.933.040.983,55
Independentes da Execução Orçamentária	8.239.810.037,88	98.240.560,74	8.338.050.598,62
(=) SUPERÁVIT VERIFICADO	438.488.533,54	22.328.908,85	460.817.442,39

4 - BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial evidencia a posição estática dos bens, direitos e obrigações resultantes da gestão econômica da Prefeitura e consoante ao estabelecido no artigo 105 da Lei nº. 4.320/64 demonstra:

Ativo Financeiro
Ativo Permanente
Passivo Financeiro
Passivo Permanente
Saldo Patrimonial
Contas de Compensação

4.1 - ATIVO FINANCEIRO

O Ativo Financeiro compreende os créditos e valores realizáveis em curto prazo e movimentam-se, independentemente de autorização orçamentária.

Em 31/12/07 o Ativo Financeiro totalizou a importância de:

- R\$ 5.198.260.092,77 na **Administração Direta**, representando 10,75% do Ativo Real;
- R\$ 159.511.336,84 na **Administração Indireta**;
- **R\$ 5.357.771.429,61 no Consolidado.**

	Adm. Direta	Adm. Indireta	Consolidado
DISPONÍVEL	4.119.724.243,76	152.135.873,84	4.271.860.117,60
Caixa	10.335,00	1.977,47	12.312,47
Bancos	76.468.734,46	99.971.370,90	176.440.105,36
Bancos, Contas Especiais	22.998.110,54	122.767,85	23.120.878,39
Aplicações Financeiras	4.020.247.063,76	25.020.493,49	4.045.267.557,25
Investimentos do RPPS	0,00	27.019.264,13	27.019.264,13
REALIZÁVEL	1.078.535.849,01	7.375.463,00	1.085.911.312,01
Devedores Diversos, Particulares	141.609.153,53	3.055.625,19	144.664.778,72
Devedores Diversos, Públicos	936.926.695,48	766.730,69	937.693.426,17
Cheques não compens. / em Trânsito		879,70	879,70
Depósitos a realizar		3.552.227,42	3.552.227,42
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO	5.198.260.092,77	159.511.336,84	5.357.771.429,61

4.2 - ATIVO PERMANENTE

O Ativo Permanente compreende todos os bens, créditos e valores fixos cuja mobilização ou alienação dependem de autorização legislativa.

Em 31/12/07 o Ativo Permanente totalizou a importância de:

- R\$ 43.159.779.314,86 na **Administração Direta**, representando 89,25% do Ativo Real;
- R\$ 285.840.190,72 na **Administração Indireta**;
- **R\$ 43.445.619.505,58 no Consolidado.**

ATIVO PERMANENTE	Adm. Direta	Adm. Indireta	Consolidado
Bens Móveis	325.564.188,00	40.835.548,30	366.399.736,30
Bens Imóveis	11.342.350.003,59	45.513.522,78	11.387.863.526,37
Bens Industriais	0,05	0,00	0,05
Dívida Ativa a Cobrar	28.216.212.670,32	2.306.202,05	28.218.518.872,37
Ações e outros Valores	2.203.220.209,73	20.362.957,15	2.223.583.166,88
Almoarifado	99.876.222,80	31.846.611,14	131.722.833,94
Bens e Valores a Incorporar	478.218.605,51	8.291.687,76	486.510.293,27
Financiamentos Concedidos	1.221.525,65	0,00	1.221.525,65
Créditos de Precatórios	303.143.218,62	0,00	303.143.218,62
Ressarcimento de Empresas	189.972.670,59	0,00	189.972.670,59
Diversos valores a receber	0,00	140.553.124,56	140.553.124,56
Depreciações RPPS	0,00	(3.869.463,02)	(3.869.463,02)
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	43.159.779.314,86	285.840.190,72	43.445.619.505,58

4.3 - PASSIVO FINANCEIRO

O Passivo Financeiro compreende os compromissos exigíveis em curto prazo cujo pagamento independe de autorização orçamentária. Esses compromissos constituem a chamada "Dívida Flutuante", e quando pagos, classificam-se como despesa extra-orçamentária.

No final do exercício, o Passivo Financeiro totalizou a importância de:

- R\$ 3.454.054.470,74 na **Administração Direta**, representando 7,20% do Passivo Real;
- R\$ 146.865.347,20 na **Administração Indireta**;
- **R\$ 3.600.919.817,94 no Consolidado.**

PASSIVO FINANCEIRO	Adm. Direta	Adm. Indireta	Consolidado
Restos a Pagar	2.544.421.218,49	136.735.469,94	2.681.156.688,43
Serviço da Dívida a Pagar	200.029.860,93	0,00	200.029.860,93
Créditos de Contribuintes	55.312.258,19	0,00	55.312.258,19
Depósitos Diversos	596.605.683,74	0,00	596.605.683,74
Credores Diversos, Particulares	29.595.487,42	2.904.361,87	32.499.849,29
Credores Diversos, Públicos	28.089.961,97	6.963.433,18	35.053.395,15
TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO	3.454.054.470,74	146.603.264,99	3.600.657.735,73

4.4 - PASSIVO PERMANENTE

O Passivo Permanente compreende as dívidas fundadas interna e externa (compromissos com exigibilidade superior a 12 meses) e outras que dependem de autorização legislativa para amortização ou resgate.

O Passivo Permanente atingiu o montante de:

- R\$ 44.550.744.815,29 na **Administração Direta**, que representa 92,80% do Passivo Real;
- R\$ 21.013.409,80 na **Administração Indireta**;
- **R\$ 44.571.758.225,09 no Consolidado.**

	Adm. Direta	Adm. Indireta	Consolidado
DÍVIDA FUNDADA INTERNA	34.398.269.605,29	0,00	34.398.269.605,29
Empréstimos por Contratos	34.398.269.605,29	0,00	34.398.269.605,29
DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	691.333.123,51	0,00	691.333.123,51
Empréstimos Externos por Contratos	691.333.123,51	0,00	691.333.123,51
DIVERSOS	9.461.142.086,49	21.013.409,80	9.482.155.496,29
Encargos Decorr. Precat. Judiciais	7.680.822.417,14	21.013.409,80	7.701.835.826,94
Dívida e Obrigações -IPREM	1.168.590.128,41	0,00	1.168.590.128,41
Parcelamento de Débito - PASEP	102.604.071,54	0,00	102.604.071,54
Empréstimos com IPREM	205.535.423,64	0,00	205.535.423,64
Dívida com INSS	282.783.898,36	0,00	282.783.898,36
Programa Nac. Iluminação Pública - Reluz	20.806.147,40	0,00	20.806.147,40
TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE	44.550.744.815,29	21.013.409,80	44.571.758.225,09

4.5 - SALDO PATRIMONIAL

A situação patrimonial da Prefeitura do Município de São Paulo, em 31/12/07, sintetizada é:

	Adm. Direta	Adm. Indireta	Consolidado
ATIVO REAL	48.358.039.407,63	445.351.527,56	48.803.390.935,19
Ativo Financeiro	5.198.260.092,77	159.511.336,84	5.357.771.429,61
Ativo Permanente	43.159.779.314,86	285.840.190,72	43.445.619.505,58
PASSIVO REAL	48.004.799.286,03	167.878.757,00	48.172.678.043,03
Passivo Financeiro	3.454.054.470,74	146.865.347,20	3.600.919.817,94
Passivo Permanente	44.550.744.815,29	21.013.409,80	44.571.758.225,09
RESULTADO PATRIMONIAL	353.240.121,60	277.472.770,56	630.712.892,16

O resultado patrimonial apurado no exercício evidencia um Ativo Real Líquido Consolidado de R\$ 630.712.892,16.

4.5.1-EVOLUÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Podemos observar no quadro a seguir a recondução para situação de Ativo Real Líquido a partir do exercício de 2006, consequência de superávit fiscal e econômico, após exercícios anteriores com saldo de Passivo Real a Descoberto.

R\$ milhões

Saldo Patrimonial	2003	2004	2005	2006	2007
Administração Direta	7.671,0	(5.224,6)	(1.682,9)	161,6	353,2
Administração Indireta	-	-	-	-	277,4
Consolidado	-	-	-	-	630,7

4.5.2 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – Administração Direta

O Resultado Patrimonial é proveniente das contabilizações ocorridas no Balanço Patrimonial em contrapartida com as Variações Patrimoniais, que demonstramos a seguir:

RESULTADO PATRIMONIAL	Adm. Direta
Exercício Anterior - Ativo Real Líquido	161.675.289,25
Ajuste de Consolidação	(246.923.701,19)
Valor Ajustado	(85.248.411,94)
Variações Ativas (A)	27.730.907.646,96
Variações Passivas (B)	27.292.419.113,42
Superávit / (Déficit) : (A-B)	438.488.533,54
ATIVO REAL LÍQUIDO	353.240.121,60

4.6 – CONTAS DE COMPENSAÇÃO

O Ativo e Passivo Compensado registram os atos da Administração que não refletem de imediato sobre o patrimônio. Apresentando um montante registrado de:

- R\$ 88.171.621.879,41 na **Administração Direta**;
- R\$ 1.801.133.918,99 na **Administração Indireta**;
- **R\$ 89.972.755.798,40 no Consolidado.**

5 - DO SUPERÁVIT FINANCEIRO

Conforme disposto no § 2º do artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64 entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

O superávit financeiro alcançado foi de:

- R\$ 1.744.205.622,03 na **Administração Direta**;
- R\$ 12.645.989,64 na **Administração Indireta**;
- **R\$ 1.756.851.611,67 no Consolidado.**

Conforme demonstração a seguir segue o comportamento do superávit financeiro, nos últimos cinco anos (em milhões de reais):

Superávit Financeiro	2003	2004	2005	2006	2007
Adm. Direta	(627,0)	(743,5)	462,4	1.143,2	1.744,2
Adm. Indireta	-	-	-	-	12,6
Consolidado	-	-	-	-	1.756,8

6 - DO RESULTADO PRIMÁRIO

O Demonstrativo do Resultado Primário, que integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, consoante parâmetros definidos pela Lei Complementar nº. 101/00 e conforme Anexo VII da Portaria STN nº 633/2006, resulta da diferença entre as receitas e despesas não financeiras e sua apuração fornece uma melhor avaliação do impacto da política fiscal em execução pelo ente da Federação.

Superávits primários, que são direcionados para o pagamento de serviços da dívida contribuem para a redução do estoque total da dívida líquida. Em contrapartida, déficits primários indicam a parcela do aumento da dívida, resultante do financiamento de gastos não-financeiros que ultrapassam as receitas não-financeiras.

A meta do Resultado Primário estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2007 foi de R\$ 1.508,6 Milhões e ao final do exercício alcançou efetivamente um resultado primário de R\$ 1.632,2 milhões, superando a meta estabelecida para o exercício.

Observa-se no demonstrativo a seguir o comportamento do resultado primário dos últimos cinco anos em relação às metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias:

Ano	R\$ milhões		
	Meta LDO Resultado Primário	Resultado Primário	Diferença em relação a Meta
2003	1.044,0	454,8	(589,2)
2004	861,5	611,5	(250,0)
2005	1.622,8	1.800,4	177,6
2006	1.141,1	1.796,1	655,0
2007¹	1.508,6	1.632,2	123,6

¹ - A partir de 2007 o Resultado Primário está apresentando dados consolidados.

7- DO RESULTADO NOMINAL

O Demonstrativo do Resultado Nominal, que integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, consoante parâmetros definidos pela Lei Complementar nº. 101/00 e conforme Anexo VI da Portaria STN nº. 633/2006, tem por objetivo demonstrar a variação da Dívida Fiscal Líquida.

A meta do Resultado Nominal estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2007 foi de R\$ 2.774,6 milhões e ao final do exercício o resultado nominal alcançado foi de R\$ 2.319,5 milhões, motivado pelo aumento da dívida fiscal líquida de R\$ 32.546,5 milhões para R\$ 34.866,0 milhões, decorrentes da incorporação dos juros e correção monetária aplicada no estoque da Dívida.

Nota-se que embora a Dívida Fiscal Líquida tenha crescido no período, o resultado alcançado é favorável em relação à meta.

Observa-se no demonstrativo a seguir o comportamento do resultado nominal dos últimos cinco anos em relação às metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias:

R\$ milhões

ANO	Meta LDO Resultado Nominal	Resultado Nominal	Diferença em relação a Meta	Dívida Fiscal Líquida
2003	62,0	3.634,2	3.572,2	26.017,4
2004	(275,8)	5.274,6	5.550,4	31.292,0
2005	135,3	(318,8)	(454,1)	30.973,2
2006	2.925,4	1.573,3	(1.352,1)	32.546,5
2007	2.774,6	2.319,5	(455,1)	34.866,0

8- DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

O Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, que integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, consoante parâmetros definidos pela Lei Complementar nº. 101/00 e conforme Anexo III da Portaria STN nº. 633/2006, apresenta a apuração da Receita Corrente Líquida – RCL, sua evolução nos últimos doze meses, assim como a previsão de seu desempenho no exercício.

A Receita Corrente Líquida serve de base de cálculo para os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentados no Relatório de Gestão Fiscal e sobre ela serão calculados os percentuais de gasto de pessoal, gasto previdenciário e de endividamento, dentre outros.

Observa-se no demonstrativo a seguir a evolução dos últimos cinco anos.

R\$ milhões

ANO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		
	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	CONSOLIDADA
2003	10.381,5	353,2	10.734,7
2004	12.373,3	431,7	12.805,0
2005	13.998,9	181,6	14.180,4
2006	16.559,5	196,9	16.756,5
2007	18.385,2	197,2	18.582,4

9- DA DESPESA COM PESSOAL

O Demonstrativo da Despesa com Pessoal, que integra o Relatório de Gestão Fiscal, consoante parâmetros definidos pela Lei Complementar nº. 101/00 e conforme Anexo I da Portaria STN nº . 633/2006, considera-se Despesa com Pessoal o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

Na esfera municipal, a despesa total com pessoal, não poderá exceder o limite de 60%, a ser aplicado sobre a receita corrente líquida, sendo 54% para o Executivo e 6% para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver.

Observa-se no demonstrativo a seguir, que os percentuais de comprometimento da Despesa com Pessoal e os valores dos Limites Legal e Prudencial, não excederam aos percentuais estabelecidos na LRF, não sendo necessário à adoção de medidas corretivas.

R\$ milhões

DESPESA COM PESSOAL	2003	2004	2005	2006	2007
Poder Executivo (a)	4.494,3	5.069,3	5.406,0	5.701,2	6.336,7
Poder Legislativo (b)	282,0	284,3	241,1	204,8	238,7
Despesa Líquida Total (c) = (a + b)	4.776,2	5.353,6	5.647,1	5.906,0	6.575,4
Receita Corrente Líquida (d)	10.734,7	12.805,0	14.180,4	16.756,5	18.582,4
% Gasto com Pessoal (e) = (c / d)	44,5	41,8	39,8	35,2	35,4
Limite Legal < 60%>	6.440,8	7.683,0	8.508,3	10.053,9	11.149,4
Limite Prudencial <95%> do limite legal	6.118,8	7.298,9	8.082,8	9.551,2	10.591,9

10 - NOTAS EXPLICATIVAS - DO EXERCÍCIO DE 2007

10.1 – DOS CANCELAMENTOS DE RESTOS EFETUADOS

Foram efetuados Cancelamentos de Restos a Pagar, referente ao exercício de 2002 por prescrição quinquenal, no importe de R\$ 92.014,83.

10.2 – DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES COMPROMETIDOS

Comprometimento	Valor em R\$	Observação
Restos a Pagar Processados	920.939.859,16	A serem pagos em jan/08
Restos a Pagar não Processados	1.760.216.828,97	A serem liquidados
Restos a Pagar não Processados – Serviço da Dívida	200.029.860,93	A serem liquidados
Restos a Pagar /Recursos Vinculados – Outras Fontes	(462.123.524,81)	Transferências da União e Estado
Recursos Vinculados (convênios)	1.194.952.228,26	Transferências da União e Estado
Folha de Pagamento	465.986.096,11	Provisão para pagamento em Jan/08
Total Comprometido (I)	4.079.353.577,91	
Disponível (II)	4.271.860.117,60	
Disponível Livre (III) = (II – I)	191.858.768,98	Reserva Financeira

11 – RESUMO DAS PRINCIPAIS MEDIDAS DE AJUSTE FISCAL EM 2007

A atual Administração da Prefeitura do Município de São Paulo agiu no sentido de manter a busca do ajuste fiscal, seguindo as seguintes premissas:

- Não elevar a Carga Tributária;
- Pagar em dia os compromissos assumidos.
- Honrar despesa de exercícios anteriores não pagas, reconhecidas e atestadas

As diretrizes do ajuste fiscal, são:

- Reduzir despesas;
- Renegociar Dívidas, e
- Incrementar as Receitas.

11.1 – REDUÇÃO DAS DESPESAS

A redução e controle das despesas ocorreu por meio da implementação de:

- Disseminação da modalidade de pregão para aquisição de bens e serviços;
- Congelamento da despesa após acompanhamento do cumprimento da meta de arrecadação.

Em continuidade à redução de despesas temos as seguintes ações em andamento:

- Obrigatoriedade de que a execução orçamentária seja efetuada por meio de Sistema Único Informatizado, para a Administração Direta e Indireta implementado a partir de 02 de janeiro de 2006; e
- Levantamento de Haveres e Dívidas visando à promoção de encontros de contas.

11.2 – RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS

Objetivando-se a redução de dívidas as seguintes ações foram tomadas:

- Renegociação da dívida com a União para alteração do indexador da dívida, a equalização do limite de endividamento da Prefeitura ao dos Estados e utilização de créditos do FCVS da Prefeitura para pagamento do fluxo da dívida;
- Foram amortizadas da Dívida junto ao Instituto de Previdência do Município de São Paulo – IPREM o montante de R\$ 829,0 milhões efetuados através dos repasses das insuficiências financeiras, nos termos da Lei nº 13.973/05, restando o saldo de R\$ 1.374,1 bilhões;
- Renegociação de dívidas junto a Receita Federal e Instituto Nacional de Seguridades Social – INSS, em consonância com a medida provisória nº 303 de 29/06/06;
- Acordo da Operação de Cessão de Crédito do Banco Banespa/Santander junto a SP Transporte quitando o saldo remanescente da dívida; e
- Renegociação SABESP – celebrado convênio entre a PMSP e a SABESP objetivando ações de saneamento básico e ambiental complementares às ações do Município.

11.3 – AÇÕES PARA O INCREMENTO DAS RECEITAS

As ações implementadas para o incremento das receitas, foram:

- Instituído mecanismo para inibir a evasão de recursos do ISS através da Lei nº 14.042/2005, pela simulação de estabelecimento de empresas em outros municípios;
- Cobrança administrativa de débitos tributários por meio de: operação “malha fina”, fiscalização de grandes contribuintes e envio periódico de cartas de cobrança;
- 1º Leilão de Créditos de Carbono, efetuado na Bolsa de Mercadorias e Futuro (BM&F), sendo arrecadado o montante de R\$ 33 milhões;
- Implementadas medidas para evitar a sonegação do ITBI;
- Intensificação das ações de cobrança da Dívida Ativa;
- Recadastramento de Contribuintes do IPTU, permitindo a escolha da data de pagamento e local de entrega do Carnê;
- Celebrado Termo de Adesão com a Secretaria do Tesouro Nacional, para que os Órgãos Federais procedam a retenção de ISS.
- Reeditado o Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, através da Lei nº 14.129/06, que arrecadou no exercício o montante de R\$ 500,4 milhões;
- Intensificação da utilização da Nota Fiscal Eletrônica- NF-e, através da Lei nº 14.097/05;
- Instituído Programa de Modernização da Administração Tributária – PMAT, através da Lei nº 14.133/06; e
- Ampliação no uso do Documento de Arrecadação do Município de São Paulo – DAMSP através de Portarias SF nºs 53 e 63/06.

As ações implementadas resultaram no seguinte quadro dos principais incrementos de Receitas próprias:

RECEITA	VARIAÇÃO REAL (%)
ITBI	30,57
ISS	12,13
IPTU	3,64

Seguindo-se o objetivo de incremento das receitas as seguintes ações estão em andamento:

- Reabertura do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI;
- Cadastro único de contribuintes, integrado com o fisco Federal e Estadual;
- Agilização da cobrança da Dívida Ativa;
- Cruzamento de informações com o Fisco Federal;
- Cadastro Informativo Municipal - CADIN;
- Conselho Municipal de Tributos – CMT e
- Programa de Modernização Tributária – PMAT.

12 – PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS

Foram apresentados pela PMSP em 2007 os seguintes principais resultados fiscais:

SUPERÁVIT	Administração		Consolidado
	Direta	Indireta	
Orçamentário	1.684.949.675,73	(1.354.569.162,87)	330.380.512,86
Financeiro	1.744.205.622,03	12.645.989,64	1.756.851.611,67
Primário	3.012.781.879,83	(1.380.605.087,75)	1.632.176.792,08
Ativo Real Líquido	353.240.121,60	277.472.770,56	630.712.892,16

R\$

13 – DESAFIOS PARA 2008

- Manter o equilíbrio fiscal;
- Equacionar a dívida com o Tesouro Nacional, e com precatórios;
- Automatizar a inscrição no Cadastro Informativo Municipal – CADIN;
- Consolidar Haveres e Dívidas da PMSP;
- Retomar a capacidade de realizar investimentos com recursos próprios e de terceiros;
- Buscar fontes alternativas de recursos não tributários;
- Continuar o processo de redução de despesas;
- Sistematizar a liberação de cotas orçamentárias e financeiras;
- Ampliar o Sistema de Pagamento de grandes fornecedores;
- Modernizar o Sistema de Devolução Automática de Tributos – DAT;
- Implantar Sistema Unificado de Arrecadação;
- Aplicar o Plano de Contas Consolidado e adaptado a padronização da STN – Secretaria do Tesouro Nacional;
- Desenvolver e implementar a Fase II do Sistema de Orçamento e Finanças – SOF;
- Implantar Sistema Informatizado de controle e registro de bens patrimoniais móveis;
- Implementar Sistema de Gestão de Contratos;
- Desenvolver e implementar Sistema de Controle de Convênios firmados com outros Órgãos e Entidades;

- Desenvolver e implementar Sistema de Gestão Tributária Integrada – GTI;
- Disponibilizar Manual do Contribuinte;
- Revisar e simplificar a legislação tributária;
- Instituir Programa Municipal de Parceria Público-Privadas/PPP, autorizado pela Lei nº. 14.517, de 16 de outubro de 2007, e
- Criação da Companhia São Paulo de Parcerias – SPP, autorizada pela Lei nº. 14.517, de 16 de outubro de 2007.

É o que tínhamos a apresentar à Sociedade.

Sidney Francisco Rissieri
Diretor Técnico
Divisão de Contabilidade

MARIA CRISTINA MARTINS
Diretor Técnico
Departamento de Contadoria

WALTER DOS SANTOS FASTERRA
Subsecretário
Subsecretaria do Tesouro Municipal